

Constituição e resistência do movimento indígena frente às práticas autoritárias do Estado brasileiro

Entrevista com Rosane Kaingang, realizada por Erika Macedo Moreira²

INTRODUÇÃO

Rosane Kaingang, beija flor do Povo Kaingang, é liderança do movimento indígena, com forte atuação no processo de organização das mulheres indígenas. Hoje ela contribui com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), representando os Povos Indígenas da região Sul do País, em Brasília/DF. A entrevista foi realizada no âmbito das ações da II Jornada Universitária de Apoio a Reforma Agrária Popular/ JURA, na Universidade Federal de Goiás/ Cidade de Goiás, no dia 27 de abril de 2015.

Pensada e organizada especialmente para compor a presente obra, a narrativa que encontramos abaixo, nos demonstra a permanência das práticas autoritárias desenvolvidas pelo Estado – seja no executivo, legislativo ou judiciário, onde prevalece uma visão articulada que restringe os sentidos e significados do que é ser índio e a importância dos direitos garantidos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) e demais legislações que constituem a política indígena. Através dela, conhecemos um Estado que, além de não efetivar sua CRFB/88, está de costas para os avanços constitucionais

2 Coordenadora do GT Questão Agrária, Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais do IPDMS. Coordenadora da 2ª turma de direito para beneficiários da reforma agrária e agricultores familiares/ UFG – Regional Goiás. Coordenadora do Observatório Fundiário Goiano/ OFUNGO. Transcrição do acadêmico Fabio Gomes.

da América Latina e do paradigma de descolonização. Ao invés de um Estado que fortalece sua democracia pelas práticas interculturais, passados quase 28 anos da promulgação da CRFB/88, encontramos um Estado que impõe um modelo de desenvolvimento que exclui, inferioriza e desqualifica a organização social, política e territorial de cada povo indígena. O contexto é de grande ofensiva pela retirada dos direitos indígenas, mas a Rosane Kaingang nos demonstra que a resistência do movimento indígena também é, foi e sempre será presente!

IPDMS: Quería que você falasse um pouco de sua história de vida, pra gente saber um pouco quem é você; um pouco do papel que você cumpre hoje dentro da articulação nacional em Brasília?

Rosane Kaingang: O meu nome é Rosane, eu sou do povo Kaingang. Meu nome indígena é Kokoij, que significa beija-flor, que me foi dado em homenagem à minha bisavó que morreu com 120 anos, numa cerimônia feita por meu avô quando eu nasci. Venho do povo que está nos três estados da região sul, que é o povo Kaingang, e também na região de Bauru, São Paulo. Eu entrei no movimento indígena quando participei da ECO 92, quando os Povos estavam reunidos para fazerem a Carta da Terra na defesa da questão ambiental e terra. Em 95 fui pra Brasília fazer o Primeiro Encontro Nacional das Mulheres Indígenas, pra trazer as mulheres indígenas ao contexto das decisões políticas, pra trazê-las para o contexto das discussões políticas do mundo do homem, pois sempre foi encontro de homens e nunca tinha participação de mulheres. Então a gente começa chamando as representantes de pequenas associações de mulheres que já havia no Rio Negro criadas na década de 80, bem como as lideranças tradicionais que já tinham participação nas Assembleias locais e regionais. Trazê-las para esse contexto do mundo dos homens, das discussões e decisões políticas, enquanto mulher e mãe. Em nosso pensamento e idéia era que nessas tomadas de decisões tendo a voz de uma mulher no conjunto de nossa melhoraria a qualidade de vida das comunidades. E as mulheres indígenas têm um papel fundamental dentro de nossas terras. É o papel da educadora, onde ela ensina para suas filhas o artesanato e todo o conhecimento da medicina tradicional e, ao mesmo

tempo, todo o conhecimento ao fazer as roças; o armazenamento de nossas sementes e como preparar a semente para que não apodreça e dure até a próxima plantação. E nossas mulheres também têm um papel de guardiãs de nosso conhecimento, de preservar nosso conhecimento na esfera da espiritualidade e dos nossos rituais, na composição entre homens e mulheres quando nós fazemos os rituais. Guardiãs de uma cultura. Muitas vezes tem o papel de procurar a harmonia, a solução sem conflitos entre um povo. E daí elas se organizaram para terem outros encontros.

IPDMS: E esse encontro foi nacional?

Rosane Kaingang: Foi nacional, muito lindo. Aí criamos a CONAMI (Conselho Nacional das Mulheres Indígenas). Mas hoje nós conversamos através de uma comissão nacional de mulheres que estão procurando os espaços e continuando a luta pela participação delas em conselhos locais, em reuniões locais, em assembleias e em muitos momentos a participação política a nível nacional na busca de seus direitos. Então, a partir da ECO 92 eu conheço outros povos indígenas que eu não conhecia e, através de Álvaro Tucano, Marcos Terena e Hilda Zimmermann, que faleceu e era da ANAI (Associação Nacional Indigenista), escrevem uma carta pra mim sobre a minha participação na ECO-92. A partir daí começo a entender a realidade e começo a ver o contexto político e conhecer outros povos, a luta dos povos indígenas. Logo depois venho a convite da Miriam Terena e outras mulheres indígenas para ajudar a organizar e realizar o Primeiro Encontro Nacional de encontro de mulheres indígenas em 1995, passo a acompanhar os três poderes, no congresso nacional em referência aos direitos dos povos indígenas. O Em 2001, eu entro pra FUNAI (Fundação Nacional do Índio), a convite do presidente Glênio. Fico de 2001 a 2005 na FUNAI. Anterior a isso eu entrei na Doc /Daf (Documentação/Diretoria de Assuntos Fundiários) através do convênio FUNAI-UNESCO para trabalhar na organização da documentação das terras indígenas na Diretoria de Assuntos fundiários, que hoje é a DPT (Diretoria de Proteção Territorial). Em 2005 eu fui chamada a assumir a Coordenação do CGETNO (Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento) sendo a pri-

meira mulher indígena a assumir um cargo de confiança DAS 101.4 de chefia na FUNAI sede Brasília e saio em 30 de novembro de 2007. Em 2008 estava militando pela ARPINSUL (Articulação dos Povos Indígenas na Região Sul) fazendo a agenda deles, participando, e cria-se então em 2009 a APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), uma organização nacional em que fico desde 2010 até meados de 2012. E depois eu venho de volta, para tratamento de saúde, e volto pra ARPINSUL onde estou até hoje, acompanho os três poderes, fazendo agenda das nossas lideranças da região Sul e militando, ajudando os companheiros indígenas na executiva da APIB, na defesa de direitos e interesses dos povos indígenas.

IPDMS: Como você vê a questão da participação da mulher dentro e fora da terra indígena? Como esse processo de formação com as mulheres indígenas o protagonismo da mulher foi reconhecido, essa tomada de consciência da importância que ela tem na centralidade de organização e da vida e de seu povo?

Rosane Kaingang: Eu falei de modo geral da mulher, do papel dela. Com relação ao meu povo, eram os velhos que antigamente tinham uma liderança tradicional, mas junto com essa liderança tradicional tinha um conselho de velhinhos, de sábios, que quando havia as decisões, se houvesse empate, quem decidiria era uma mulher mais velha o desempate de uma decisão. Então, nesse conselho fazia parte as mulheres velhas sábias, importantes nessas decisões. No fundo, no fundo, todas as nossas assembleias locais, conversas, dentro de um Povo, sempre haverá a participação de uma mulher mais velha, já existia isso dentro de nossas comunidades. O fator foi tirá-la dessa comunidade para vir para instância regional, nacional, na participação delas na discussão no que se refere ao contexto político das decisões em relação ao Estado brasileiro. É claro que elas demoraram a conquistar esses espaços no mundo cultural indígena que é de homens. Evidentemente, nas mesas de negociações tínhamos que articular uma mulher para falar, mas não houve muitos problemas, porque dentro de suas terras já tinham uma participação efetiva das anciãs.

IPDMS: Então, você falou da história do movimento indígena de 92 pra cá, mas e anteriormente em 70, 80, a União das Nações Indígenas. Fala um pouco dessa história.

Rosane Kaingang: Bom, eu não participei da UNI (União das Nações Indígenas), quem participou foi Álvaro Tucano, Marcos Terena, Ayrton Krenak e outras lideranças tradicionais. Tanto Terena, quanto Xavantes, quanto Kaiapó e outros povos, Ângelo Kaingang, essa turma mais antiga passa a vir a partir da década de setenta. A UNI abriu as portas, teve o papel de abrir as portas da relação entre os Povos e o Estado brasileiro e o governo. Também teve a contribuição de Juruna quando começa a gravar as conversas e cobra do governo e os políticos dos três poderes as promessas através de um gravador e eu acho que eles abrem as portas, mesmo que naquela época sem uma formação, uma capacitação, eles se jogam sem saber de nada. Como se fosse assim “nós não sabemos se estamos dormindo com o inimigo ou não”. Isso foi uma barra muito forte e grande, pesada para eles, porque eles vêm no movimento sem conhecer essa estrutura do governo e do Estado brasileiro, como outras instituições não oficiais. Foi uma grande luta, muito pesada, em que eles abrem as portas. Acho que a nossa luta indígena tem que caminhar sempre com as lideranças tradicionais, os velhos anciãos e anciãos, juntamente com os líderes que fizeram essa luta e com a nova luta que vem, através das organizações indígenas. Essa relação passa a mudar quando tivemos que fazer uma organização indígena do ponto de vista formal que o Estado brasileiro nos obriga para ter essa relação de conversas com o Estado brasileiro, quer dizer, nós tivemos que nos organizar do ponto de vista formal, através de organizações. O que na verdade, com 305 povos indígenas no país hoje, fora a situação dos índios isolados que são 82 duas referências geográficas no Brasil, mais de 30 de fato identificados e que tem as frentes de atração da FUNAI, mas o resto se identifica apenas nas referências geográficas e, para que possam preservá-los, não se fez o contato. E nessa relação com o Estado brasileiro nos obriga do ponto de vista formal se criar essas organizações. Cada povo tem sua forma de olhar, sua cosmovisão, sua forma de ver e viver, sua forma do uso da terra, sua forma de pintura, a cultura tradicional, então nós

somos diferentes, somos povos diferentes uns dos outros. Mas o que nos une é a luta pela terra, pelo território, isso nos une fortemente e, a luta pela preservação dos direitos na década de 90, 2000, tudo isso nos une através dos direitos conquistados na Constituição de 88 que esses líderes que formaram a UNI conseguiram nessa luta toda, juntos com as lideranças tradicionais, lutaram por alguns artigos na Constituição e eles conseguiram que a gente alcance esses dois capítulos na Constituição brasileira. Isso é forte! Foi muito importante para nós Povos Indígenas, porque ali que se preserva o nosso direito à terra, o nosso direito de viver conforme nossa cosmovisão, conforme o uso dessa terra e conforme nossos costumes e tradições.

IPDMS: Passados cerca de 25 anos da Constituição de 1988, como você vê a garantia e a efetivação dos direitos dos Povos Indígenas?

Rosane Kaingang: Então, passados 25 anos da Constituição, da década de 2000 pra cá vira, ou seja, a Constituinte de 88 teve uma participação do povo brasileiro e de nós Povos Indígenas, hoje os nossos direitos conquistados através de uma Constituição Federal, através das convenções internacionais, através de uma legislação indigenista, passados 25 anos da Constituição deveriam ter demarcado todas nossas terras e não foram. Hoje há um retrocesso de todos esses direitos conquistados. Ao invés de hoje, passados esses 25 anos, nós estarmos na efetivação concretamente e execução desses direitos conquistados, hoje nós estamos lutando para que esses direitos permaneçam, ao invés de estarmos lutando pela efetivação desses direitos serem executados de forma concreta em relação aos nossos povos indígenas e aos nossos desejos e reivindicações. Então, hoje estamos vivendo uma situação de muita violência contra nossos os povos indígenas. Há um grande retrocesso nessa conjuntura política atual em que os três poderes, legislativo, executivo e judiciário se organizaram, se articularam para que houvesse um retrocesso nos direitos conquistados pelos povos indígenas. Quando eles se articulam, os três poderes executivo, legislativo e judiciário isso significa concretamente que o Supremo Tribunal Federal leva para dentro dele a tese do Marco Temporal. Uma tese

que nós dizemos que é virtual, pois não é uma legislação, não de fato concreto uma lei, é uma discussão dentro do Supremo orquestrada pelo Gilmar Mendes. E essa tese não leva em consideração o esbulho desses povos. Falando de Marco Temporal e o fechamento disso, o fechamento não, começa-se isso com a votação de Raposa Serra do Sol em que se estabelecem as 17 condicionantes em referência à Raposa e que não seriam referentes a outras terras, a partir desse momento, dentro do Supremo, dentro do judiciário começa a colocar em prática uma discussão que não é lei, ou seja, no artigo 17 das condicionantes é vedada a demarcação de terras indígenas, vedada a ampliação, mas isso se referia a Raposa e não a outras terras e de repente essa tese, essa discussão, vira como se fosse uma lei pra todas as terras e o sistema judiciário desde a ponta de nossas comunidades até aqui à Brasília no Supremo Tribunal Federal, STJ (Superior Tribunal de Justiça) e outras instâncias começam a praticar concretamente esse retrocesso, entrando contra as portarias até de grupos de trabalho de identificação, entrando com a paralisação da demarcação e, por último, o Supremo ainda fere a Constituição no mais alto e último ato de regularização fundiária de uma terra que é a homologação e o registro dela pela União. Aí o Supremo tem agora a prática de anular Decreto de homologações em comunidades que suas terras já tinham sido homologadas como é o caso da terra indígena Limão Verde, que é Terena, que estava em paz e que estava tudo indo muito bem, há anos homologada e registrada. E aí vai gerar o que? Um grande conflito. Tá se mexendo em terras já demarcadas e homologadas, então essa situação lá na ponta significa que quem é anti-indígena, tanto políticos locais, quanto fazendeiros e o agronegócio se viram fortalecidos nessa prática do Supremo Tribunal Federal para anular as demarcações, entrando judicialmente para anular portarias de demarcações, grupos de trabalho, quer dizer, o próprio Supremo, corte máxima do país, de dá essas condições para haja um retrocesso desses direitos. E mais! Sem nos escutar! A partir de Raposa que vamos ao Supremo para ver as votações, até então, que eu me lembre, nós nunca tínhamos entrado no Supremo Tribunal Federal numa votação em plenária. É a partir daí que a gente começa a entrar no STF, a conhecer o STF, coisa que é um mausoléu que a gente achou que jamais entraria lá, que lá não era pra gente entrar. Como se a Corte Su-

prema fosse um pedestal que você não entra. A partir desse momento nós passamos a ocupar espaços de votação dentro do Supremo. O Supremo, corte máxima desse país, que não nos houve conforme a 169, não nos escutaram em nenhum momento em relação a decisões do Supremo em cada terra nossa que estávamos dentro, não somente nós, mas também Quilombolas. Então a própria corte máxima não respeita a Convenção nº 169 da OIT, que foi votada dentro do legislativo, que só falta ser executada, é uma lei, de qualquer forma ela é uma Convenção que foi votada dentro do legislativo. Com isso o Supremo dá reforço ao executivo e ao legislativo. Aí no executivo, você vai ter a Portaria da AGU (Advocacia Geral da União) 303 que comunga com as condicionantes do Supremo. Você vai ter a 419 que fala que você tem o prazo de 90 dias para saber o impacto de um empreendimento dentro de uma terra indígena, sem esperar os passos que deveriam, a escuta conforme a convenção nº 169, uma escuta qualificada pra aquele povo ter a noção de tomada de decisão sobre o destino que vai afetá-los, daqueles empreendimentos que vão afetá-los. Aí vem a 419, a 303, aí vem uma reestruturação da FUNAI, muito louca. A Convenção nº 169/OIT fala de atos administrativos que vão afetar a vida dos povos indígenas, a reestruturação não é só administrativo, ela vai nos afetar. Quando eles falam “atos administrativos da AGU, a portaria 303, não vai afetar”, mas elas afetam, são atos administrativos que vão afetar a vida desses povos indígenas nos quesitos da demarcação da terra. Quando você fala isso com a AGU e com o Executivo eles falam “esses atos administrativos não vão afetar a vida de vocês”. A Convenção 169 não é pra questionar esses atos administrativos, esse é o poder executivo que também reforça o poder executivo a não homologar nossas terras, a presidenta Dilma a não homologar as nossas terras, o Ministro da Justiça a não dar continuidade a assinar as portarias de posse de 12 terras e, não dando continuidade a demarcação, ele favorece aos nossos inimigos a novamente fazer o que Luiz Carlos incitando a população, a sociedade local, contra os povos indígenas. Quando Heinze diz assim “expulsem!” Carlos Hainze, Alceu Moreira, Valdir Colatto, fez no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o mesmo modelo em que a Katia Abreu, Luis Carlos Mandetta, Teresa Cristina fizeram no Mato Grosso do Sul e Bahia Peguem suas armas e expulsem!” quando ele diz assim

“tudo que não presta, quilombolas, índios, gay”, um racismo que coloca a sociedade local contra nós, o que tem gerado muitos assassinatos no Mato Grosso do Sul e vários ataques às comunidades, Rio dos Índios, Campo do Meio, no RS (Rio Grande do Sul) e Morro dos Cavalos em SC (Santa Catarina). Enquanto o poder executivo, os poderes dão esse aval para fazendeiros, políticos, todos os inimigos desses povos, irão enfrentá-los com muita violência e na base da bala de fuzil como tem acontecido. De modo que paralisar a demarcação, não assinar portarias declarando as terras de posse dos povos indígenas, não dar continuidade à desintrusão dessas terras, significa decretar a morte extinção desses povos, sejam eles quem for. Contratar empresas de segurança, para que elas contratem capangas para saírem dando tiro, como no caso do Rio Grande do Sul, perto dos acampamentos que estão na luta pela terra. Em Mato Grosso do Sul, em relação aos Kaiowa, é gritante, porque as práticas ultimamente lá, além dos assassinatos dos líderes indígenas (de 2008 pra cá começa fortemente, mais de dez assassinatos), esses não satisfeitos, violentavam as jovens, em Mato Grosso do Sul, matavam-nas e as jogavam no acampamento, atacando o povo Guarani Kaiowa. Quer dizer, as empresas de segurança, na verdade contratavam os capangas. Lá no caso do Mato Grosso do Sul, na verdade, são milícias. E essas práticas se tornaram não somente violentas, como também desiguais, como o índio vai se defender perante armas de alta tecnologia? E quem patrocina as campanhas desses deputados lá do Rio Grande do Sul, no caso de Luiz Carlos Heinze, é a Associação Brasileira de Armamento; Sadia; Perdigão; na verdade todos estão patrocinando essa violência. Essas empresas que patrocinam o agronegócio, patrocinam as campanhas desses políticos, elas estão patrocinando, no caso das questões indígenas, a morte e o assassinato dos Povos Indígenas. É preciso colocar isso na mídia. É preciso que a área do Direito, as universidades, comecem a fazer uma campanha, um *lobby*, que seria a luta pela reforma política. Chegando ao Legislativo agora, ano retrasado, 2010, eu sabia que tinha 102 projetos na Câmara Federal, entre PECs (Projetos de Emenda à Constituição) e Projetos de Lei, só tem dois favoráveis aos povos indígenas, que seria a PEC 320 e o PL que cria o Conselho Nacional de Política Indigenista, são só esses dois. O Estatuto totalmente paralisado. Estatuto dos Povos Indígenas, que foi

discutido amplamente com os Povos Indígenas, onde foi colocada a proposta deles em relação ao uso territorial e a proteção desse território, dos recursos hídricos aos recursos minerais, aos recursos genéticos e tradicionais, tudo para ser apensado ao Estatuto dos Povos Indígenas. Tudo foi discutido no conjunto. E hoje a gente vê uma retaliação disso dentro do legislativo, que são esses Projetos de Lei 227 contra nós, a PEC 215. A PEC 215 é a pior de todas porque tem apensada a ela mais 11 propostas, em que o poder legislativo quer levar para sua competência a demarcação indígena, pra tomar decisões de quanto deveria ser uma terra indígena, quantos hectares deveria ser e ainda mais elas mechem nas terras já homologadas e demarcadas que seria essas da Amazônia, a revisão de todas as terras. Mais do que nunca ela acaba com o 231 e 232, que são os artigos da Constituição que nós conquistamos. Mas, não somente a nós afeta a PEC 215, como também afeta os Quilombolas, afeta as Unidades de Conservação, então ela não somente afeta a questão da demarcação, como também a questão ambiental, ou seja, “pode explorar do jeito que você quiser”. E esse legislativo comunga também com o Marco temporal, Portaria 303/AGU, as condicionantes do STF, que só se refere a Raposa Serra do Sol. E hoje, tanto nessa conjuntura política atual o Congresso Nacional tem 513 Deputados Federais, se tiver 13 pra nos apoiar é muito, com duas bancadas grandes que é a do PMDB e a Bancada Evangélica. Então percebe-se a orquestração dos três poderes em relação a nós Povos Indígenas.

IPDMS: Essa interpretação do Supremo que estabeleceu essas condicionantes, no Caso da Raposa, ela de certa maneira legitima a violência do Estado durante o período da ditadura e toda a violência histórica do Estado contra os Povos Indígenas? Como você vê a relação dessa decisão que coloca o marco temporal de 88 como critério pra demarcação de terras indígenas e o período da ditadura? Como você vê essa relação?

Rosane Kaingang: Vamos ser sinceros, nós voltamos a uma ditadura, através da caneta e do papel Descobre-se depois de anos o Relatório Figueiredo, nesse Relatório temos as informações do esbulho praticado pelo Estado brasileiro contra os Povos Indígenas,

expulsando-os de suas terras tradicionalmente ocupadas. Numa dessas histórias de expulsão de uma terra, eles vão caminhado como se fosse numa fileira. O Relatório Figueiredo ficou anos engavetado, foi achado por uma coincidência numa caixa no Museu do Índio, no Relatório Figueiredo demonstra-se as práticas da Ditadura não só em relação as indígenas, mas a qualquer camponês ou trabalhador rural que lutava pela sua terra. Práticas de tortura, práticas de expulsão, de mortes nessas terras. O Relatório Figueiredo veio a calhar numa hora muito importante, em que, na conjuntura atual, onde esses três poderes voltam a práticas de um passado de ditadura. A maneira que se formula essas decisões no Supremo, estão voltando a uma prática de ditadura. Na Comissão da Verdade houve um julgamento dos Assurini daquela época, em que essa família conta as práticas de tortura, para que se mostrassem os locais onde o restante da família estava, eram torturadas. Eles tomavam água com farinha e não deixavam nada para as famílias. Então, entre o Relatório Figueiredo e a atual conjuntura que nós Povos Indígenas, estamos vivendo numa ditadura sem precedentes por meio de atos administrativos e decisões virtuais dentro do Supremo, que não é lei, ou seja, um grande retrocesso ao passado. Hoje as formas de tortura são diferentes, certo!? As formas de torturas são diferentes, através de ameaça você pega e mata o líder que estava na frente da luta, você vai matando os líderes que estavam na frente da luta pela terra, conseqüentemente você está reprimindo e ameaçando aquele povo para não lutar pela terra, com medo da morte. É uma tortura psicológica! De paralisar aquele povo, na luta pela terra, são só formas diferentes. Tem pessoas que diz “ah! A ditadura foi horrorosa, e não é igual agora”, não, as torturas psicológicas através de assassinatos mostram que é uma forma de ditadura, de reprimir aquele povo num país que se diz democrático. As formas é contratar uns seguranças, eles contratam uns capangas e eles vão lá ficar ameaçando. As instituições, os aliados que trabalham juntos aos povos também são ameaçados em Mato Grosso Sul, RS, Bahia, SC. Carros da FUNAI, que estavam com índio, tanto na Bahia quanto em Mato Grosso do Sul, foram alvejados de balas. Hoje servidores da FUNAI nem carregam a faixa no carro escrito FUNAI, com medo de ser morto. Tanto índio quanto servidores que trabalham com os Povos

Indígenas e seus aliados são ameaçados e correm risco de vida. Isso não seriam práticas de ditadura?

IPDMS: Dentro desse contexto todo que você falou, dessas violências do Estado, da negação sistemática das conquistas e, como você disse, “que a gente vive uma aparência de democracia, mas vivemos numa ditadura”, nesse sentido como você vê as conquistas das políticas públicas específicas: educação intercultural, o reconhecimento da língua indígena como segunda língua oficial?

Rosane Kaingang: Vou chegar lá. Uma época atrás, SPI (Serviço de Proteção ao Índio), governo, Estado brasileiro, queriam integrar os índios à comunhão nacional e não conseguiram, por quê? Porque nós temos uma diversidade muito grande. Nós temos Povos Indígenas com pouco tempo de contato, nós temos povos isolados e nós temos uma diversidade de 305 povos. A forma que eu vejo hoje do Estado brasileiro integrar os Povos Indígenas é através das políticas públicas. Eu já via isso em 2006, na transformação da relação do governo em relação ao órgão indigenista, em que a FUNAI, por decreto ou portaria, não me lembro mais, 1141, ela deveria acompanhar as políticas públicas pulverizadas nesses ministérios. Políticas Públicas não adequadas aos Povos Indígenas. Aí começa o Estado brasileiro a querer integrar os índios brasileiros através de políticas públicas. E hoje nós não paramos, enquanto movimento, para discutir a variação dessas políticas públicas e em que elas estão afetando e qual é o ramo político que governo quer. Na minha forma de interpretação o governo quer, ao esvaziar o órgão indigenista, ao fazer essa reestruturação, que nós discutimos durante anos, mas na hora de levar, o senhor presidente da FUNAI, Marcio Meira, na hora de levar ao governo, transforma essa discussão e tudo que nós botamos no papel, numa proposta da cabeça deles, sem nós termos participado dessa formulação, quando leva para ao governo e faz conforme o governo quer, sem nos ouvir no momento que se leva. Então, no meu entendimento e avaliação essa é a forma que o governo brasileiro quer de integrar os índios à comunhão nacional como cidadãos comuns que vai bater de porta

em porta pelos seus direitos, sendo que é uma cultura diferenciada e que não tem noção do que é esse Estado brasileiro, esse governo brasileiro. Os que têm noção são poucos índios que militam na causa. E a forma que o governo está fazendo seus empreendimentos, se vê, no exemplo dos Munduruku, que não querem a hidroelétrica e, quando o governo brasileiro vai lá, com um arcação de helicópteros, as três polícias, Força Nacional, Polícia Federal, carros blindados, armamento, pra discutir com Munduruku. O quê que é isso!? Não é uma ditadura!? É a forma que eles têm de pressionar. Belo Monte é um caso da prática de uma ditadura, da forma de ditadura, você vai e pressiona e vai fazendo e vai fazendo, de forma ditatorial sem ouvi-los. Os Munduruku entregam ao governo brasileiro um protocolo dizendo “é dessa forma que nós queremos ser escutados e não da forma que vocês querem”. Quando eles entregam esse protocolo, querem dizer que todos dentro do seu povo devem ser escutados, os velhos, os adultos, as crianças e as mulheres, da forma que se respeite o 231. Com as políticas públicas, o governo vem com a Conferência Nacional de Política Indigenista pra cima de nós. Primeiro o MJ solta uma minuta de portaria dizendo que todos terão que ser escutados no quesito dos novos procedimentos de demarcação, é quando a gente faz o movimento, com a Via Campesina, e o movimento indígena entrega a análise jurídica, com a assessoria jurídica dessa portaria, ao Ministro, o que ele não esperava, ele esperava que isso fosse ser discutido na conferência Nacional. De tanta pressão que houve, dos seguimentos sociais nos apoiando, eles paralisaram a minuta de portaria. Aí vem a conferência nacional de política indigenista, do qual nós colocamos no decreto a relação do Estado brasileiro com os povos indígenas e a descolonização e, é isso, que nós vamos discutir na ponta, através de nossas assembleias locais e as regionais, para que possam tirar seus delegados nacionais para o encontro em novembro. Mas para isso nossos povos indígenas na ponta terão que ser bem orientados e é essa minha preocupação, porque eu acredito no momento que nossas comunidades comecem “nossas políticas estão ruins”, “a educação está ruim” etc., quando você esvazia esse órgão, tira a saúde pro Ministério da Saúde, tira a educação pro MEC e vai tirando as atribuições do órgão indigenista e nisso esvazia, fazendo uma reestruturação não

adequada a um órgão que trata de uma diversidade cultural como trata, significa o que? Significa que o governo tem uma intenção, aliás, já está praticando a intenção dele, que é a integração por meio das políticas públicas, esvazia-se o órgão, não dá condições desse órgão trabalhar com recursos humanos e orçamentários suficientes pra dar conta dessas políticas inadequadas, isso significa que você terá que bater de porta em porta como outro cidadão, sem ter as políticas públicas adequadas ou específicas para os povos indígenas.

IPDMS: E o que é essa descolonização? O que vocês estão querendo?

Rosane Kaingang: Formou-se uma comissão nacional, através da CNPI, que é uma Comissão Nacional de Políticas Indigenista representantes indígenas e do governo sentam para discutir políticas públicas, tendo também a participação de duas ONGs, que é o CIMI e CTI. Daí se cria uma comissão para organizar discutir a metodologia de como vai ser a Conferência Nacional de Política Indigenista, essa é uma comissão pequena que também representantes do governo o tempo todo. Detalhe! Tem GSI e as Forças Armadas juntos, então que liberdade nós temos!? Então a descolonização parte daí?. Você tem Forças Armadas discutindo e GSI te olhando, observando e dando opinião de como deveria ser, e não como a gente gostaria que fosse enquanto povos indígenas. E nessas discussões, qualquer palavrinha tem brigas homéricas. Descolonização é nós povos indígenas sairmos dessa relação de colonização que o Estado Brasileiro durante décadas praticou contra nós povos Indígenas e que continua até nos dias de hoje. Então essa Conferência será para nós, povos indígenas, dizermos a esse Estado que tipo de relação queremos para nós? Práticas que tem sido feitas em relação aos povos indígenas, mas pelo Estado brasileiro e Governo, até chegarem na ponta que tem interferência de terceiros dentro de uma terra indígena. Ou seja, essa descolonização seria das instituições públicas, começando desde um vereador, prefeito, um político, que interfere na organização social, econômica e cultural daquele povo e faz políticas e práticas que dividem um povo, que cooptam e jogam armas na mão

de um povo para acabar com lideranças e até de escolha de lideranças, você acredita!? Então, a descolonização começa lá na ponta de terceiros interferindo na terra através dos líderes e cooptando esses líderes que não entendem muito bem e o cabra lá da ponta, o prefeito, o vereador, os políticos, as secretarias de estado, que trazem projetos da cabeça deles conforme a colonização em nosso entorno e não respeitam como deveria ser as práticas em relação aos povos indígenas daquela região. A descolonização que nós queremos tratar é falar para esses sujeitos, seja ele quem for, oficial ou não oficial, “nós não queremos mais ser tratados dessa forma e essa política que vocês fazem para nós, essas interferências em nossas terras e em nossa organização social, política e cultural, nós não queremos mais. Nós queremos dizer para vocês que nós queremos o nosso ponto de vista conforme a nossa cosmovisão, conforme a nossa organização política e cultural do nosso povo”. Como deve ser essa relação nossa com vocês?! Não vocês trazerem pra nós coisa da cabeça de vocês e essa relação que vocês querem conosco.

IPDMS: Nesse contexto, qual o papel da Universidade?

Rosane Kaingang: Eu entendo que o papel da universidade é um papel social. Ela tem como função um papel social. Uma universidade que forma, tem que formar uma consciência política, formar nas áreas de atuações profissionais, mas que esses profissionais de fato vão fazer um trabalho dentro da sociedade brasileira, das comunidades onde essa universidade está. Por exemplo, você tem um arquiteto e um engenheiro, ele pode ajudar fazendo uma planta, reorganizando a ocupação daquela cidade; ou então um Biólogo, enfim, qualquer especialidade profissional durante o período que ele está numa universidade ele vai botar o trabalho dele à disposição naquela comunidade. Hoje, mais do que nunca, na conjuntura política atual, a Constituição está sendo retalhada no legislativo, sem a participação. E a Universidade tem um papel fundamental para isso, que é papel social da formação, não só formar o indivíduo naquela área de atuação, mas formar ele politicamente, porque o papel da universidade é multiplicar formadores para que nós construamos um Brasil melhor com qualida-

de para todos nós, qualidade de vida para todos nós, esse é o papel da universidade e de quem estuda nela. Eu vejo a função da universidade assim, se não ela tem o sentido de multiplicar somente robôs ou então multiplicar indivíduos que não vá contribuir. Indivíduos para viver somente a vida dele particular e com a família dele, sem dar resultados pra sociedade, então nós estamos formando o quê!? Porque quando você forma, você vai formar crianças, adolescentes e jovens, que vão cuidar desse futuro do Brasil e se esses jovens não forem capacitados politicamente e não tiverem um compromisso com a sociedade brasileira, então que tipo de Brasil nós queremos no futuro. Nós estamos num país capitalista, que arrasou os povos indígenas e ainda arrasa! Quando o capital entrou, arrasou conosco dentro de nossas terras e num país que se diz democrático a gente vê que não tem nada de democracia. Um congresso Nacional que abre a boca para dizer que a casa é do povo, quando ele coloca a polícia, spray de pimenta e bala de borracha e bate no povo para não entrar naquela casa. É isso!